



Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jardim
Estado de São Paulo
Rua Presidente Álvares Florence, 373 – Centro
Fone: 19 3654-1209 – 3654-1630

LEI 3.041 DE 01 DE MARÇO DE 2019

"Concede Contribuição à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Jardim, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder no ano de 2019, sob a forma de contribuição a importância de R\$ 14.520,00 (quatorze mil, quinhentos e vinte reais), à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ sob o número 44.832.426/0001-87, com sede na Avenida Dr. Luís Gambeta Sarmento, 921 – Vila Estrela, no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de utilidade pública, que tem por objeto serviço de proteção social especial de média complexidade para atendimento às pessoas com deficiência (PCD) e suas famílias.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal que poderão ser suplementadas pelo Prefeito, se houver necessidade.

Art. 3º - A contribuição concedida por esta Lei terá por finalidade o pagamento das obrigações adquiridas no exercício de 2019, contraídas em decorrência da prestação dos serviços socioassistenciais prestados à população de forma contínua e ininterrupta.

Art. 4º - A contribuição concedida será firmada por período de 12 meses. Através do instrumento jurídico de Termo de Fomento, com dispensa de chamamento Público, baseado na inexigibilidade do chamamento público nos dispostos do artigo 31 e 33 da Lei 13.019/2017 e será repassada em parcelas, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.



**Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jardim
Estado de São Paulo**

Rua Presidente Álvares Florence, 373 - Centro
Fone: 19 3654-1209 - 3654-1630

Art. 5º - Fica a entidade obrigada a efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos no exercício de 2019, no prazo de 60 dias do recebimento do recurso, referente a prestação de contas parcial ou 90 dias após o encerramento do contrato, a prestação de contas final, junto ao Departamento de Promoção Social desta Prefeitura nos termos da legislação vigente. De conformidade com as instruções nº 002/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 6º - A parceria concedida por esta lei obedecerá às normativas da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 7º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jardim, 01 de
Março de 2019.


**GILMAR DE OLIVEIRA PEZOTTI
PREFEITO MUNICIPAL**